

POR UMA PRÁXIS CONTRA HEGEMÔNICA NO SUL GLOBAL: DECRESCIMENTO, PÓS-DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE BRASIL-ÍNDIA

André Américo da Silva

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: andreamericosilva@gmail.com

Bruno Siqueira Fernandes

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Email: brunogsiqueira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca trazer algumas contribuições para o debate do decrescimento, do pós-desenvolvimento e da economia solidária a partir de uma perspectiva pós-colonial e da Outra Economia. Nesse sentido, espera-se i) propor uma discussão das possíveis contribuições a partir das categorias e conceitos desenvolvidos no escopo do decrescimento e do pós-desenvolvimento; ii) evidenciar experiências de práxis contra hegemônicas no Sul Global, em especial no Brasil e na Índia; iii) por fim, situar essas novas experiências dentro da abordagem da Outra Economia. Ao fim, busca-se contribuir, em maior ou menor grau, para um debate sobre as experiências contra hegemônicas do Sul Global como formas de estabelecimento de um novo paradigma ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Decrescimento; Outra Economia; Pós-desenvolvimento; Brasil-Índia; Sul Global; Economia Solidária.

ABSTRACT

The present article aims to bring some contributions to the debate on degrowth, post-development and solidarity economy from a post-colonial and Other Economy perspective. In this sense, it is expected i) to propose a discussion of the possible contributions from the categories and concepts developed in the scope of degrowth and post-development; ii) to evidence experiences of counter-hegemonic praxis in the Global South, especially in Brazil and India; iii) finally, to place these new experiences within the approach of the Other Economy. In the end, we seek to contribute to the debate about the counter-hegemonic experiences of the Global South as ways of establishing a new paradigm for development.

Key words: Degrowth; Other Economy; Post-development; Brazil-India; Global South; Solidarity Economy.

Introdução

A ruptura do paradigma moderno e os frequentes limites naturais que se impõem à acumulação capitalista tem feito surgir movimentos orientados pela busca de um novo modo de vida e de realização das necessidades comuns. Isso se materializa, principalmente, na discussão sobre as formas adequadas de desenvolvimento econômico, colocando em xeque a ortodoxia que por muito prevaleceu nesse tópico.

Nesse contexto, surgem novas práticas e teorias contra hegemônicas pautadas em princípios notadamente diferentes da economia capitalista. Alguns exemplos mais recentes são as formulações do decrescimento, do pós-desenvolvimento e da economia solidária, que ecoam no Sul Global com grande força e protagonismo social.

O presente trabalho busca trazer algumas contribuições para o debate do decrescimento, do pós-desenvolvimento e da economia solidária a partir de uma perspectiva pós-colonial e da Outra Economia. Nesse sentido, espera-se i) propor uma discussão das possíveis contribuições a partir das categorias e conceitos desenvolvidos no escopo do decrescimento e do pós-desenvolvimento; ii) evidenciar experiências de práxis contra hegemônicas no Sul Global, em especial no Brasil e na Índia; iii) por fim, situar essas novas experiências dentro da abordagem da Outra Economia. Ao fim, busca-se contribuir, em maior ou menor grau, para um debate sobre as experiências contra hegemônicas do Sul Global como formas de estabelecimento de um novo paradigma ao desenvolvimento.

Da modernidade à pós-modernidade: limites à racionalidade instrumentalizada

O modelo dominante de racionalida-

de científica vigente a partir do século XVI e a distinção entre natureza e ser humano que o caracteriza atravessa, segundo Boaventura de Souza Santos (1995, p. 23), uma crise profunda. O pensador português distingue as condições sobre as quais esta crise se desenvolve em duas categorias: condições sociais e condições teóricas, dando mais atenção ao segundo tipo. Em primeiro lugar, considera que o aprofundamento do conhecimento sob as bases do paradigma racionalista mecanicista tornou claro seus limites e quão vulneráveis são seus fundamentos.

À luz de descobertas como a relatividade e a física quântica, cristaliza-se a ideia de que é “estruturalmente limitado o rigor do nosso conhecimento” (ibidem, p. 26), bem como se mostra enganosa a afirmação de Descartes, no Discurso do Método, de que dividindo “cada uma das dificuldades... em tantas parcelas quanto for possível e requerido” (ibidem, p. 15) teremos alguma facilidade em resolver um problema maior, já que existem particularidades da totalidade e das partes que não são resolvidas apenas pela sua repartição. Além disso, a distinção sujeito-objeto, tão cara ao paradigma científico vigente, também perde sentido quando o objeto de medição muda segundo o ponto de vista do observador, fenômeno que caracteriza as descobertas de Heisenberg e Bohr.

Também a matemática, linguagem através da qual todo o universo está escrito, segundo Galileu, acaba por perder seu valor absoluto enquanto base sobre a qual as medições são feitas quando observamos as contribuições de Gödel. Para Boaventura, a obra do matemático austríaco “vem demonstrar que o rigor da matemática carece ele próprio de fundamento” (ibidem, p. 27). Inclusive, o pressuposto para e reproductibilidade dos experimentos científicos, que é a ideia de que eles devem ser executados em um sistema fechado para que os fenômenos sejam observados *ceteris pari-*

bus, passa a ser questionado a partir de novas descobertas nos campos da microfísica, química e biologia segundo as quais, em sistemas abertos, as mudanças nos fluxos de energia se dão de maneira nunca inteiramente previsíveis, desencadeando reações espontâneas por meio de mecanismos não lineares, sendo esses sistemas “produtos de sua história” (ibidem, p. 28).

É fundamental observar que este movimento de vocação interdisciplinar, que contagia as ciências da natureza e atinge também as ciências sociais, e as inovações teóricas a ele subjacentes, características da crise do paradigma científico dominante, apresenta duas facetas sociológicas que Boaventura destaca. A primeira é que o movimento é desenvolvido e estimulado pelos próprios cientistas que, insatisfeitos, passaram a problematizar sua prática científica, a quem Boaventura chama de “cientistas-filósofos”. A outra faceta é a importância que adquiriu, por exemplo, a análise do contexto cultural e modelo organizacional, questões geralmente deixadas para os sociólogos e consideradas menores, e que passaram a ser relevantes. Em resumo, o conhecimento advindo do paradigma científicista:

Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato, ou, como diz Prigogine, num interlocutor terrivelmente estúpido. Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objectivar os fenômenos, os objectualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza. É, em suma e finalmente, uma forma de rigor que, ao

afirmar a personalidade do cientista, destrói a personalidade da natureza (ibidem, p. 32).

Podemos afirmar então que os limites deste tipo de conhecimento (que pretendemos superar) são qualitativos, e jamais serão superados através de mero aumento na carga de trabalho dos cientistas ou novos dispositivos tecnológicos de medição. Reforça esta visão o fato de que, segundo Santos (1995), na mesma medida em que a ciência ganhou rigor de método, a partir dos anos 30 e 40 do século XX ela acabou por perder independência, passando a servir os centros hegemônicos de poder nas sociedades industrializadas. O aumento exponencial do investimento necessário à instalação de um laboratório de ponta, aliada à institucionalização da ciência e do papel do cientista tornaram o acesso aos equipamentos necessários para se produzir ciência de vanguarda absolutamente restrito, aprofundando o abismo entre países desenvolvidos e países marginalizados.

O método de construção do conhecimento instituído a partir do século XVI está em profunda crise. Fundamentalmente diferente da crise que caracterizou o fim da Idade Média e que possibilitou o surgimento da ciência como a conhecemos, a atual se passa em uma sociedade que já revolucionou a si mesma com imensa contribuição do conhecimento científico. Nesse sentido, uma revolução que seja meramente científica será claramente insuficiente, ao que Boaventura sugere uma superação do paradigma científicista vigente com a instituição “do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (ibidem, p. 37). Assim, este novo paradigma tem de ser também social, já que a divisão estanque entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Para tanto, devemos reconhecer a dimensão psíquica da natureza e, através dela, dissipar a distinção sujeito-objeto de conhecimento, reconhecendo na natureza,

objeto maior de investigação, a existência de uma consciência e de uma “mente mais ampla”, da qual a consciência humana é apenas uma parte (ibidem, p. 38).

Essa revolução social, que deve incluir o modo de produção de conhecimento a que chamamos “ciência”, passa fundamentalmente sob a égide das ciências sociais, que obviamente também deve ser profundamente reformada. Isso porque nelas há a semente para a ciência do futuro, onde não haverá separação entre sujeito e objeto, preferindo “a compreensão do mundo à manipulação do mundo” (ibidem, p. 44). Na medida em que as ciências sociais colocam o humano no centro do processo de conhecimento, devemos colocar a natureza no centro do humano, desvendando categorias de entendimento globais que dispensem a compartimentalização constituída pela ciência moderna. A ciência pós-moderna, portanto, como a concebe Santos (ibidem, p. 73), deve se constituir de “interações e intertextualidades organizadas em torno de projetos locais de conhecimento indiviso”.

No contexto da emergência de uma nova forma de conhecer, dada a crise terminal em que se encontra a ciência moderna, também a economia deve se reinventar, já que fracassou quando reduziu o objeto de seu estudo a um punhado de parâmetros quantitativos, e os aspectos sociológicos envolvidos nos processos econômicos se fazem reconhecer a força (ibidem, p. 46). Mas assim como em outras áreas do conhecimento que também já são capazes de reconhecer suas limitações, as soluções propostas ainda estão presas ao velho paradigma que deve ser superado. Segundo o sociólogo português, no novo paradigma a ser constituído o conhecimento deve ser total, mas “sendo total, também é local” (ibidem, p. 47). Afinal, segundo o filósofo espanhol José de Ortega y Gasset (1967), o homem rende o máximo de sua capacidade quando adquire plena consciên-

cia de suas circunstâncias, pois através dela é que se comunica com o universo. Inclusive, o filósofo espanhol acreditava que uma das mudanças mais profundas que estavam marcando a passagem do século XIX, quando nasceu, para o século XX, quando executou sua obra, consistia na transformação de nossa sensibilidade para a circunstância em que estamos inseridos, já que “Eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela não me salvo a mim” (ibidem, p. 52).

Para Boaventura, a fragmentação pós-moderna não deve ser disciplinar, mas temática, e o conhecimento avança conforme o objeto se amplia, sentido contrário ao dado pela ciência moderna, possibilitando que o conhecimento se torne total. Assim, os conceitos constituídos em um âmbito do saber científico podem e devem ser transpostos à outras áreas, sendo então um conhecimento fundamentalmente analógico e tradutor das condições de possibilidade “da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local” (SANTOS, 1995, p. 48). Portanto, esse conhecimento não pode ser metódico e, outrossim, possibilita uma pluralidade metodológica.

Outro aspecto fundamental da ciência emergente é que ela deve quebrar o círculo vicioso através da qual a ciência moderna transforma o cientista em um ignorante especializado e o cidadão comum em um ignorante generalizado. Assim, deve se constituir enquanto amálgama com outras formas de conhecimento, em especial o famigerado “senso comum”, através do qual “orientamos nossas ações e damos sentido à nossa vida” (ibidem, p. 55). Enquanto a ciência moderna negou radicalmente o senso comum, é dever da ciência pós-moderna reabilitá-lo, já que este enriquece nossa relação com o mundo. Mas longe de deixar o senso comum a si mesmo, ao que se torna conservador e superficial, devemos passá-lo pelo conhecimento científico, transfor-

mando o senso comum em sabedoria de vida.

Pós-modernidade e o debate sobre o desenvolvimento, o decrescimento e o pós-desenvolvimento

A disciplina do desenvolvimento ou economia do desenvolvimento é um assunto bastante importante e controverso na história do pensamento econômico e na história da economia. A disputa em torno de seu significado deu origem a uma extensa gama de adjetivos que se empregam em conjunto ao desenvolvimento (econômico, social, ambiental, solidário, etc.) Para melhor compreender a crítica feita ao desenvolvimento ortodoxo pelas teorias do decrescimento e do pós-desenvolvimento buscamos apresentar uma análise histórica do termo, ainda que não exista pretensão em aprofundar essa discussão. O que compreendemos como desenvolvimento ortodoxo ficará mais claro adiante a partir da exposição da evolução do termo.

Arndt (1981, apud, SILVA, 2017) apresenta uma história semântica acerca do termo desenvolvimento. Segundo Silva (2017, p. 34), o autor observa que os economistas clássicos não utilizaram o termo desenvolvimento “na acepção econômica que” viria “a ter no pensamento econômico ocidental do século XX”. O autor em sua análise histórica percebe que apenas em dois momentos, antes da década de 1940, o termo desenvolvimento apareceria de uma forma que nos forneça pistas sobre suas possíveis raízes contemporâneas. Esses momentos foram em Schumpeter e na historiografia do império colonial inglês realizada pelas historiadoras inglesas Lilian Knowles e Vera Anstey.

As raízes do pensamento schumpeteriano são essencialmente marxianas e, portanto, o autor percebe que o primeiro a fazer uso do conceito de desenvolvimento foi Marx.

No entanto, Marx faz uso do termo dentro de uma abordagem hegeliana do “desenvolvimento como realização das potencialidades do ser” (HEGEL, 1986 apud SILVA, 2017, p. 37). A abordagem que mais nos interessa, em termos de contraponto com as teorias de decrescimento e pós-desenvolvimento, se encontra no segundo momento do uso do termo desenvolvimento: na historiografia do império colonial inglês.

Segundo Knowles (1924 apud SILVA, 2017, p. 38), o desenvolvimento econômico, dentro da análise do império colonial britânico, foi tido como “resultado da intervenção direta do império sobre os recursos naturais das regiões colonizadas”. Esse uso evidencia a questão da apropriação da natureza e do uso intensivo dos recursos naturais como forma de desenvolvimento. Nesse sentido, utilizamos essa acepção de desenvolvimento como nosso entendimento de desenvolvimento ortodoxo. Isto é, aquele desenvolvimento que acredita no uso desmedido dos recursos naturais como única forma de realizar o desenvolvimento econômico.

As ideias ligadas ao pós-desenvolvimento e ao decrescimento se inserem no que Arturo Escobar (2015 apud ALMEIDA, 2017, p. 04) chama de Discursos de Transição – DT. Esses discursos situam-se dentro de uma perspectiva crítica da modernidade e propõem um deslocamento do momento global atual marcado por valores essencialmente capitalistas e orientados ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, buscam uma “new, holistic culture, or even the coming of an entirely new era beyond the modern dualist, reductionist, economic and anthropocentric age” (ESCOBAR, 2015 apud ALMEIDA, 2017, p. 4).

O pós-desenvolvimento faz parte de um forte movimento da literatura acadêmica que, baseada em Michael Foucault, rejeita o sentido do desenvolvimento. O “pós” que acompanha

o pós-desenvolvimento não se trata de “identificar a maneira mais eficiente de se chegar ao desenvolvimento, mas de questionar o próprio conceito de desenvolvimento (MCGREGOR, 2007 apud AHORRO 2008, p. 1). Portanto, é possível perceber que o pós-desenvolvimento vai na contramão da segunda linha de herança do conceito de desenvolvimento.

O centro da crítica da teoria do pós-desenvolvimento parte do entendimento de que o desenvolvimento é um processo “arbitrário, enraizado em uma meta-narrativa que, de fato, só beneficia seus praticantes” (AHORRO, 2008, p. 2, tradução nossa). A compreensão é que “o real objetivo do desenvolvimento está intimamente ligado à modernização, o que amplia o controle do mundo Ocidental e seus aliados nacionalistas sobre o mundo em desenvolvimento” (ibidem, p. 2). O pós-desenvolvimento é, portanto, uma teoria que busca evidenciar os problemas práticos e teóricos do desenvolvimento ortodoxo e superá-los. Trata-se de rejeitar o discurso do desenvolvimento e sua capacidade de “minar e destruir a diversidade social, cultural, econômica e os sistemas políticos que pré-datam o desenvolvimento, e que são substituídos por modelos homogêneos de sociedade externamente impostos (ibidem, p. 2).

Segundo Serge Latouche (2012, p. 5), nós fomos condicionados a acreditar que a medida do PIB per capita, para além de expressar única e exclusivamente a quantidade de bens e serviços produzidos em determinado recorte espaço-temporal, expressa também a medida de nossa felicidade. Assim, depois de séculos de corrida pelo aumento da produtividade, ou seja, produzir mais bens em menos tempo e com menos recursos, deveríamos ter atingido o ápice da realização humana em termos de felicidade. No entanto, nunca o vazio existencial da humanidade foi tão profundo, prova de que a associação PIB-felicidade foi e ainda é

enganosa. Ou seja, o autor cita Kennedy, o PIB “calcula tudo, exceto aquilo que faz com que a vida valha a pena ser vivida (ibidem, p. 6).

Nesse sentido, Latouche (ibidem, p. 8) afirma que o objetivo de felicidade e bem-estar geral advindo do progresso das ciências (incluindo as ciências econômicas) e da tecnologia, ou seja, a promessa da modernidade de maior felicidade para o maior número de pessoas, não foi alcançado e nem o será por estas vias científicas. Isso se deve ao fato de que, no modo de organização econômica voltado para o crescimento ad infinitum, ou se é ganhador, ou se é perdedor. O crescimento da desigualdade é prova de que os ganhadores são poucos e os rejeitados se multiplicam. É imperativo, portanto, percorrer o caminho inverso daquele econômico, em que a felicidade é reduzida ao PIB per capita.

O economista e filósofo francês sugere então que o caminho para superar a ideia de crescimento passa pelo que foi denominado escola do pós-desenvolvimento. Longe de substituir uma “má” economia, que promove desigualdade, aquecimento global e objetificação do ser humano, por uma “boa” economia, com selo verde, regulação estatal e bem-estar social, trata-se mais especificamente de tirar a economia do centro gravitacional em torno da qual circulam nossas reflexões e são construídos nossos valores (ibidem, p. 12). Para tal, devemos ter como objetivo uma sociedade em que a felicidade não seja correlacionada com o PIB per capita, mas a uma “abundância frugal em uma sociedade solidária”, que

pressupõe sair do círculo infernal da criação ilimitada de necessidades e produtos e da frustração crescente que esse círculo gera, atenuando, de maneira complementar, o egoísmo resultante de um individualismo reduzido a uma massificação uniformizadora (ibidem, p. 12).

Para alcançar esse estado de “abundância frugal” – um conceito revolucionário, por tratar não apenas da acumulação material, mas de uma reprodução da vida em melhor condições – é necessário encarar um programa revolucionário que pressupõe apoio a outras formas de se pensar a vida de uma forma alternativa à economia moderna, além de ser fundamental caminhar no sentido da desmercantilização do trabalho, da terra e da moeda (ibidem, p. 13). O programa da sociedade do decrescimento se traduz, então, em resistir ao consumismo para “construir uma sociedade ecossocialista mais justa e mais democrática, uma sociedade de abundância frugal baseada na autolimitação das necessidades” (ibidem, p. 13).

Pós-colonialismo, Outra Economia e a práxis contra hegemônica no Sul Global

O século XX foi marcado por diversas transformações no mundo e nas relações sócio-espaciais até então vigentes. A ascensão de uma bipolaridade com a Guerra Fria e o fim dela quase na virada do século trouxeram problemas e mudanças importantes para a modernidade enquanto paradigma. O amplo processo de urbanização e industrialização, a corrida pelo desenvolvimento e o fim da dominação direta por parte dos países europeus marcam o início de um período pós-colonial.

A construção da exploração no Sul Global tem suas bases na imposição de uma relação capital-salário (QUIJANO, 2005, p. 118). Isto é, a exploração e a apropriação do trabalho e da produção se materializam em processos de servidão, em formas mercantilizadas de produção, na reciprocidade e no salário. Essas formas não foram em nenhuma medida o resultado de um processo histórico próprio dos continentes explorados, mas sim, de um (novo) processo de exploração que encontra espaço na

colonização.

A exploração no Sul Global, portanto, consiste num novo elemento fundamental no padrão de poder global que se iniciava. A exploração do trabalho e a sua articulação em torno da produção de mercadorias para o mercado mundial, configuram um novo padrão de poder global e que se mostram “dependentes histórico-estruturalmente” (ibidem, p. 118).

A forma de corporificar esse processo de exploração passa pela construção e manutenção de papéis específicos aos indivíduos sociais do Sul Global. Ou seja, o controle do trabalho tem forte lastro simbiótico com os papéis sociais impostos a esses indivíduos no novo padrão de poder global. Se trata, portanto, de criar novas identidades históricas “produzidas sobre a ideia de raça” e pela divisão do trabalho. Quijano (ibidem, p. 119) nos mostra que a forma de controle do trabalho se articula, então, com uma raça particular, fazendo com que “o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada”. Da mesma forma, a divisão sexual do trabalho consolida um suposto papel feminino no novo padrão de poder global, criando novos papéis históricos endereçados aos corpos femininos. Essa última forma de construção de identidades sociais se articula fortemente com o patriarcado e a mercantilização da vida que arrebatou o Sul Global.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, no fim da Guerra Fria temos o colapso desse padrão de poder da era colonial e o surgimento de um novo cenário mundial marcado pelos escombros desse padrão de poder anterior. Elíbio Jr. (et al, 2013, p. 451) afirma que:

A libertação de mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus e a diáspora dos povos dessas localidades

em fluxos migratórios que reproduziram as rotas coloniais demandou uma reflexão crescente dos regimes coloniais e das consequências então desconhecidas dos fenômenos que viriam a emergir no período que se chamou "pós-colonial.

O período pós-colonial seria, portanto, o período onde o sistema de controle do trabalho estabelecido no período colonial entra em colapso, o desemprego se estabelece como realidade estrutural mundial, a economia global passa por um extenso e complexo processo de financeirização e o imaginário popular é subjugado por um processo de tecnocratização/instrumentalização da subjetividade. Nesse novo padrão mundial de exploração, a forma de se descolonizar o pensamento, ou seja, de colocar em evidência e em capacidade de superação a instrumentalização da racionalidade, passa por uma "viragem epistemológica", ou seja, "uma nova epistemologia do Sul para o Sul" (SANTOS, 2004 apud ELÍBIO JR. et al, 2005, p. 455).

Em vista a produzir essa virada epistemológica, muitas autoras e autores se engajaram na construção de uma corrente teórica nova para dar conta desse novo momento histórico global e da superação das colonialidades. Uma importante obra que marca a produção em torno da corrente teórica do pós-colonialismo é o *Orientalismo* de Edward Said. Essa obra busca elucidar, em certa medida, as relações de dominação que se estabelecem do Ocidente sobre o Oriente fundamentado na análise do discurso orientalista e na dominação através do saber-poder.

O orientalismo é uma forma de discurso "baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias, e estilos coloniais europeus que foram impostos às colônias" (ELÍBIO JR. et al, 2005, p. 455). O que esse discurso busca realizar, com eficiência até o presente, é uma distinção "ontológica e epistemológica" entre o "Oriente" e o "Ocidente

(SANTOS, 2004, apud ELÍBIO JR. et al, 2005, p. 456). Ou seja, o Orientalismo consiste na produção de um imaginário sobre o Oriente pelo Ocidente, através de um discurso construído e consolidado na experiência europeia no Oriente. A narrativa é, então, "crucial para a argumentação de Said" dado que a sua tese é de que "as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo" e consistem no "método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles" (ibidem, p. 456).

As principais contribuições de Said à teoria pós-colonial se encontra na exposição do orientalismo e do imperialismo presente até os dias de hoje e de seu método de análise de "leitura em contraponto". Esse método, tomado emprestado do campo da música, busca identificar dentro de determinado texto outras vozes suprimidas ou sobrepostas ao longo da narrativa. Isto é, busca, por exemplo, em um texto histórico sobre o desenvolvimento brasileiro, as muitas vozes de resistência por trás que se encontram escondidas no texto. Não se trata de imprimir ao texto uma visão personalista, mas sim de desvelar as múltiplas vozes por trás de uma única voz.

Esse método nos ajuda a entender 1) que o imperialismo e os escombros do período colonial ainda influenciam o pensamento e a vida social no Sul Global 2) de que precisamos superar esse paradigma e que desvelar a heterogeneidade característica do Sul Global é uma estratégia de fortalecimento dessas múltiplas vozes suprimidas ou sobrepostas. Dito isso, buscamos analisar como o movimento global da Outra Economia procura uma alternativa ao capitalismo hegemônico e, portanto, se torna capaz de compor um caleidoscópio de práxis contra hegemônicas no Sul Global.

A Outra Economia é definida, no Dicionário Internacional da Outra Economia (CATT-

NI et al, 2009, p. 7), pelas suas características distintas: a emancipação social, a inclusão social e a solidariedade. Ainda na introdução da obra, Cattani (ibidem, p. 7) afirma que o ponto central de convergência dos autores é a “crença nos valores civilizadores: cooperação, solidariedade e compromisso com a vida, com a natureza, com a justiça social” e ainda afirma a crença dos autores de que “um mundo melhor é possível e que ele está sendo construído pelas realizações concretas da outra economia”. Fica claro, portanto, o norte conceitual que marca a Outra Economia, isto é, se trata, evidentemente, de conceber uma nova economia pautada por princípios notadamente diferentes da acumulação capitalista.

Ainda no sentido de melhor definir a Outra Economia, uma breve observação acerca de alguns dos verbetes escolhidos para compor o dicionário nos ajuda a entender melhor do que se trata essa Outra Economia. Os verbetes são: Altermundialização, Antiutilitarismo, Associativismo, Autogestão, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Bens Públicos Mundiais, Cadeias Produtivas, Capital Social, Cidadania, Comércio Justo, Conselhos de Empresa, Consumo Solidário, Cooperação, Cooperação Internacional, Cooperativas de Trabalho, Cooperativismo, Dádiva, Desenvolvimento Local, Economia da Família, Economia do Trabalho, Economia Feminista, entre outros. Nesse sentido, é possível perceber que a Outra Economia é uma infinidade de práticas e saberes coletivos e cooperativos baseados em princípios como solidariedade, domesticidade e reciprocidade e que, portanto, se torna um rosário de novas forças capazes de contestar os papéis historicamente impostos pelo imperialismo e o período colonial.

Dentro do Sul Global, buscamos experiências que entendemos fazer parte desse movimento global da Outra Economia, a Economia Solidária e o caso de Kerala. A abordagem será

expositiva ao mesmo tempo em que busca se identificar os princípios da Outra Economia nas experiências aqui colocadas.

A Economia Solidária é um movimento que surge no Brasil desde o fim do século XX e que se fortalece com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003. A Economia Solidária é um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). O desenvolvimento que se seguiria a partir dessa economia seria o Desenvolvimento Solidário, que, segundo Singer (ibidem, p. 07), é o “processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção” que busca promover “um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”.

Gaiger (2004, p. 803) ainda coloca algumas linhas gerais que marcam o movimento da Economia Solidária no Brasil como i) caráter coletivo no tocante à posse dos meios de produção, ao processo de trabalho e à gestão do empreendimento; ii) tendência de criar ou reforçar associações, redes e cooperativas; iii) cumpre papel crucial na defesa de direitos como saúde, educação, preservação ambiental, etc.; iv) e um alinhamento com um movimento maior denominado economia alternativa. Nesse sentido, fica claro o potencial da Economia Solidária de gerar desenvolvimento dentro de uma outra perspectiva e orientação. Isto é, se trata de uma outra forma de produzir, comercializar e consumir e que se baseia em valores diferentes da economia do capital. A Economia Solidária se trata, portanto, de uma faceta dentro desse movimento maior da Outra Economia.

Outra experiência extremamente importante para a compreensão desses movi-

mentos contra hegemônicos no Sul Global é o caso, estudado por Pansera & Owen (2016), do Kerala Science Literature Movement (KSSP) em Kerala, Índia. A experiência da KSSP mostra “como a tecnologia pode ser utilizada como uma ferramenta para a autonomia, empoderamento social e transformação política” a partir da construção de uma narrativa onde o “crescimento econômico não aparece nem como um imperativo e nem como prioridade” (ibidem, p. 2, tradução nossa). O caso da KSSP também evidencia a forte presença dos pais do pensamento acerca do decrescimento na Índia, Gandhi e Kumarappa. A visão gandhiana, herdada por Kumarappa e estruturada na Economia Gandhiana, se baseia em um modelo de desenvolvimento descentralizado baseado no conhecimento e tecnologia locais e na tradição (MISHRA, 1999 apud PANSERA E OWEN, 2016, p. 5). Além disso, apesar da necessidade de se modificar a precária condição rural indiana, Gandhi acreditava que mais importante era resistir e se esquivar do industrialismo como única maneira de “preservar o espírito do país e, ao mesmo, tempo, permitir um desenvolvimento mais equitativo” (ABROL, 2014 apud PANSE-RA E OWEN, 2016, p. 5, tradução nossa).

A KSSP foi um movimento que surgiu em Kerala, na década de 1960, buscando, principalmente, a popularização da racionalidade científica na Índia rural como forma de transformação social. Isto é, partiu-se do entendimento de que “as raízes da exclusão social são essencialmente políticas” e que as principais “causas da exclusão podem ser desarmadas através do “ativismo científico”, ou seja, “a popularização da ciência entre os mais pobres” (tradução nossa, Pansera & Owen, 2016, p. 06). Os principais efeitos desse movimento na população foram i) aumento da taxa de alfabetização para 95,5% e ii) a forte mobilização da população em torno do questionamento de projetos governamentais de desenvolvimento

que não fossem de encontro aos ideais do decrescimento.

O movimento da KSSP foi, portanto, parte crucial no desenvolvimento de uma racionalidade estritamente diferente daquela proposta pelo capitalismo e pelo desenvolvimento ortodoxo. Apesar de se fundamentar na Ciência Moderna para a educação popular, mostra, claramente, os limites e os perigos da instrumentalização do saber, podendo ser enquadrada como uma experiência contra-hegemônica no sentido apresentado aqui. Nesse sentido, tanto o movimento da KSSP quanto o movimento de Economia Solidária no Brasil encerram práticas correspondentes aos princípios da Outra Economia e constituem práxis contra hegemônicas extremamente importantes para a emancipação social no Sul Global.

Conclusão

Através deste artigo procuramos mostrar que as reflexões sobre o decrescimento, o Pós-Desenvolvimento e a Economia Solidária, para além de apenas formular novos conceitos teóricos vazios de significado, contribuem de forma expressiva na elaboração de alternativas e possibilidades para a superação do capitalismo e das ciências econômicas ortodoxas que nasceram para justificá-lo. Isto é, ao proporem-se alternativas contra paradigmas amplamente calcificados da estrutura capitalista, essas agendas de atuação social se tornam movimentos importantes para pensar além do capital.

Como buscou-se demonstrar, essas correntes teóricas, além de cumprir uma função teleológica ao mostrar um caminho através do qual podemos instituir um novo paradigma econômico-social, fundamentados na solidariedade, na igualdade e no desenvolvimento equitativo, foram a base para a construção de experiências concretas que desafiam o modo de

pensar conservador, em especial no Brasil e na Índia, referências para nossa reflexão.

Tanto a experiência da KSSP na Índia quanto a experiência da Economia Solidária no Brasil constituem aplicações concretas de princípios diferentes e que propõe outras formas de vida alternativas ao modo de produção capitalista. E, para além desse fator comum, entende-se, aqui, que estes fazem parte de um movimento global maior denominado Outra Economia. Isto é, essas forças se somam a um (novo) rosário de forças que surge em meio aos escombros do velho padrão de poder e que podem nos guiar para além do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

AHORRO, J. **The Waves of Post-Development Theory and a Consideration of the Philippines**. In: <https://www.cpsa-acsp.ca/papers-2008/Ahorro.pdf>, acesso em: 09/07/2017. 2008.

ALMEIDA, L. F. G. Decrescimento, Meio ambiente e o Comum: reflexões a partir das experiências e potências ligadas a políticas ambientais e ao uso da terra no Brasil e na Índia. **XVII ENAMPUR**, São Paulo, 2017. In: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%204/ST%204.4/ST%204.4-04.pdf, acesso em: 09/07/2017.

ARNDT, H. W. Economic development: a semantic history. **Economic Development and Cultural Change**, v. 29, n. 3, p. 457-466, 1981.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

ELÍBIO JR., A. M.; ALMEIDA, C. S. M.; LIMA, C. M. Edward Said e o Pós-colonialismo. **sÆculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 29, jul./dez. 2013.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. Edições 70, 1995.

KNOWLES, L. C. A.; KNOWLES, C. **The economic development of the British over-**

seas empire. Wolverhampton: Taylor & Francis, 1924. seu Abramo, 2002.

LATOUCHE, Serge. Convivialidade e Decrescimento. **Cadernos IHU Ideias.** São Leopoldo, nº 166, 2012.

MCGREGOR, A. Development, Foreign Aid and Post-Development in Timor-Leste, **Third World Quarterly,** v. 28, n.1, p.155-170, 2007.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote.** São Paulo: Livro Ibero-Americano LTDA, 1967.

PANSERA, M., OWEN, R., Innovation for de-growth: A case study of counter-hegemonic practices from Kerala. **India, Journal of Cleaner Production.** In: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.197>, acesso em: 09/07/2017.

QUIJANO, A. "Bien vivir": entre el "desarrollo" y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur,** n. 122, p. 46-56, 2012.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SILVA, H. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira.** Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, maio/ago., 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Per-

POR UMA PRÁTICA CONTRA-HEGEMÔNICA...

MULTIFACE

**Artigo submetido em janeiro de 2018 e
aprovado em maio de 2018**